

2

Os demonstrativos: um breve percurso histórico

Para investigar melhor o comportamento dos pronomes demonstrativos, propõe-se, neste capítulo, um breve percurso histórico da referida categoria, do latim à atualidade.

Entre as obras consultadas está a Tese de Doutorado de Marine (2009), que faz um estudo sócio-discursivo do sistema pronominal no português contemporâneo. Essa pesquisa serviu de base para a apresentação da seção que trata do percurso histórico do demonstrativos no latim clássico e vulgar.

Na seção que expõe os demonstrativos no período arcaico, utilizamos como fonte a obra de Mattos e Silva (2006), que destina um capítulo de sua pesquisa para descrever os usos dos demonstrativos nessa época, tendo como *corpus* os "Diálogos de S. Gregório" em sua mais antiga versão (século XIV).

Em seguida, na seção que mostra o sistema pronominal no período clássico, tomamos por fonte teórica a obra de Brandão (1963), que trata da sintaxe clássica portuguesa.

Por fim, nas seções seguintes, são oferecidas as visões de algumas gramáticas contemporâneas da língua portuguesa e as abordagens de algumas pesquisas linguísticas. Reiteramos que todos os exemplos utilizados para demonstrar o emprego dos demonstrativos são de autoria dos pesquisadores consultados.

2.1

Latim clássico e vulgar

O termo *pronome* remonta ao latim *pronomen*, que, por sua vez, é a tradução do grego *ajntwnumiva*, cujo significado é "o que se emprega em lugar do nome". Marine (2009: 53) afirma que, aparentemente, o latim clássico possuía um sistema harmoniosamente equilibrado de pronomes, em que *hic* representava o pronome demonstrativo relativo à 1ª pessoa do discurso; *iste*, o de 2ª pessoa e *ille*, o de 3ª pessoa.

Desde a época helenística até os dias de hoje, os pronomes demonstrativos são caracterizados por desempenharem funções dêiticas e anafóricas. Em Andrade (2001: 161), no entanto, encontramos outra função para os demonstrativos *iste* e

ille – a enfática. Segundo o autor, podemos esquematizar as funções dos demonstrativos em latim assim:

1ª pessoa: *hic, haec, hoc* (este, esta, isto) - função dêitica / fórica;

2ª pessoa: *iste, ista, istud* (esse, essa, isso) - função dêitica / fórica e função enfática (sentido negativo);

3ª pessoa: *ille, illa, illud* (aquele, aquela, aquilo) - função dêitica / fórica e função enfática (sentido positivo).

Também havia outros três pronomes habitualmente designados como demonstrativos de identidade:

a) *is, ea, id*: empregado como anafórico ou catafórico¹;

b) *ipse, ipsa, ipsum*: tipicamente enfático;

c) *idem, eadem, idem*: tem caráter fórico e enfático, não só faz referência a algo já referido como reforça.

Assim, segundo o pesquisador, temos, em latim clássico, uma série dêitica (*hic, iste, ille*) e uma série fórica encabeçada pelo pronome *is*, à volta do qual gravitam *idem* e *ipse*. A série dêitica pode invadir o campo fórico sem perder, no entanto, seu valor original. O mesmo não se pode dizer da série fórica, que nunca invade o campo da referência dêitica. Os pronomes *iste, ille, is* e *idem* podem também assumir uma função enfática, sendo *ipse*, por excelência, o pronome enfático (Andrade, 2001: 165).

Com o tempo, houve o deslocamento de *hic*, que desapareceu completamente antes mesmo do fim do latim. Resistiram as formas *iste* e *ille* como representantes dos pronomes demonstrativos, configurando-se assim um sistema pronominal binário. Devido à tendência que a língua tem de conservar as distinções, o sistema tripartido dos demonstrativos se repôs. Para isso, recorreu ao pronome enfático *ipse*, que passou a ocupar o lugar de *iste*, como podia ser

¹ No latim clássico, esses demonstrativos executavam o papel específico de representar, na frase, uma ou mais palavras que já tinham sido referidas anteriormente, com características totalmente anafóricas. Talvez, essa ambiguidade, que se chocava com a própria definição dos demonstrativos que se destacavam por seu aspecto dêitico e anafórico, tenha sido responsável pelo desuso desses pronomes e posterior apagamento na evolução para o português (Silveira, 2009: 160).

observado no Latim Vulgar. A esse respeito, Marine (2009: 54) recorre ao que afirmam Wartburg e Ulmann (1975): uma situação de "transição" linguística pode perturbar o equilíbrio do sistema e promover, por si mesmo, uma outra forma que, por sua vez, atrai uma terceira.

A pesquisadora (*Idem*) acrescenta que a forma *ipse*, que surgiu no Latim Vulgar, não tinha o mesmo valor que possuía na língua clássica. *Ipe* torna-se um demonstrativo de sentido menos enfático, tendendo a substituir o antigo *iste*, às vezes *hic*.

O Latim Vulgar, de um modo geral, conservou o sistema ternário do Latim Clássico, porém reorganizou-o dessa forma:

1ª pessoa: com o desaparecimento de *hic*, *iste*² ocupou o seu lugar.

2ª pessoa: com o deslocamento de *iste* para a 1ª pessoa, o lugar foi preenchido por *ipse*.

3ª pessoa: conservou-se a forma *ille*.

Galembeck (2012: 153) acrescenta que ao lado das formas citadas, havia os demonstrativos reforçados com a anteposição da partícula *ecce* (ou *eccu(m)*), que também apresentava a variante *accu*. Trata-se de formas antigas e de amplo emprego, no Latim Vulgar, por razões de expressividade.

1ª pessoa: *eccu'iste* ou *accu'iste*

2ª pessoa: *eccu'ipse* ou *accu'ipse*

3ª pessoa: *eccu'ille* ou *accu'ille*

Marine (*Idem*: 56) aponta, no entanto, que embora existisse um sistema pronominal ternário, havia confusão no uso dos demonstrativos. Era frequente o emprego de um no lugar do outro, persistindo a utilização de um sistema binário. Marcava-se apenas a posição de objeto próximo e objeto remoto em relação ao falante. Portanto, no Latim Vulgar existiam dois demonstrativos de sentido mais definido e persistente - *iste* e *ille* - e, um terceiro, que ocupava uma posição intermediária entre os dois, mas de vitalidade mais limitada - *ipse*.

² Apesar de **iste** representar, dentro do latim, os demonstrativos **esse, essa, isso**, na mudança para o português passou a ser representado por **este, esta, isto**.

Segundo a hipótese de Marine (*Idem*: 56), a forma *iste* no Latim Clássico provavelmente já estava perdendo seu valor referencial relativo à 2ª pessoa, o que a teria levado a assumir o lugar de 1ª pessoa no Latim Vulgar, ficando *ipse* para as referências de 2ª pessoa. Essa possível tentativa de resgatar o sistema ternário não teria se consolidado pelo fato de *ipse* marcar um sentido menos definido em comparação a *iste* vs. *ille*.

De acordo com a autora, o verdadeiro uso dos pronomes demonstrativos em Latim Vulgar era *iste* vs. *ille*, originado de uma variação do sistema pronominal terciário do Latim Clássico, que se mostrava binário no uso.

2.2 Português Arcaico

Segundo Mattos e Silva (2006: 108), no período arcaico, os pronomes demonstrativos se configuravam em um sistema ternário, cujas formas possuíam variação de gênero (feminino, masculino e neutro) e número (singular e plural), porém as neutras só se realizavam no singular.

Dado o amplo emprego das formas reforçadas no Latim Vulgar, o Português Clássico conservou as duas séries de demonstrativos, as simples e as reforçadas. A simetria, no entanto, só não é completa pelo fato de *ille* (ele), já em época antiga, ter se difundido através da România como pronome pessoal da terceira pessoa, constituindo uma inovação entre os pronomes dessa classe³.

Mattos e Silva (*Idem*), apresenta os pronomes demonstrativos organizados, no período arcaico, da seguinte forma

³ A esse respeito, Andrade (2001: 166) faz as seguintes considerações: "Em suma, podemos dizer que a dissolução definitiva do antigo sistema demonstrativo latino veio provocar uma redistribuição dos elementos já existentes, quer pelo próprio desaparecimento de alguns pronomes quer pela alteração de funções de outros. Além disso, esta reestruturação do sistema encontra-se, com certeza, na gênese do aparecimento de um novo elemento nas línguas românicas - o artigo."

Quadro 1. O sistema dos pronomes demonstrativos no português arcaico.

forma		Simples		reforçada	
referência	num.	sing.	pl.	sing.	pl.
	gen.				
1. campo do Emissor (E)	m.	Este	estes	aqueste	aquestes
	f.	esta	estas	aquesta	aquestas
	n.	esto		aquesto	
		~ isto		~ aquisto	
2. campo do Receptor (R)	m.	Esse	esses	aquesse	aquestes
	f.	essa	essas	aquessa	aquestas
	n.	esso		aquesso	
		~ isso		~ aquisso	
3. fora do campo do E e do R	m.	-		aquele	aqueles
	f.	-		~ aquel	
	n.	-		aquela	aquelas
				aquelo	
				~ aquilo	

Fonte: Mattos e Silva (2006: 108).

Galembeck (2012: 154) informa que, a despeito da forma demonstrativa simples de 3ª pessoa não ter permanecido, a simetria entre as formas neutras se manteve, apresentando duas séries completas:

	Série simples	Série reforçada
1ª pessoa	ist(u)d > isto	accu'ist(d) > aquesto > aquisto
2ª pessoa	ipsu(m) > esso > isso	accu'ipsu(m) > aquesse > aquisso
3ª pessoa	illu(m) > elo > ilo > lo	accu'illu(d) > aquilo > aquilo

No início da época clássica, houve uma simplificação no quadro dos demonstrativos, desaparecendo as formas reforçadas *aqueste / aquisto, aquesse / aquisso*, bem como a forma neutra simples *ilo (lo)*.

Baseada em dados de sua pesquisa, Mattos e Silva (*Idem*) afirma que as "formas reforçadas" tinham um valor enfático. Segundo a autora, no português arcaico, frequentemente, os demonstrativos eram reforçados por *meesmo*, variando com *medês*, tendo permanecido apenas a forma *mesmo*. Era comum, também, os demonstrativos serem seguidos de um nome próprio, quando um ou outro (pronome demonstrativo ou nome próprio) seria suficiente para indicar o que se

queria designar. Assim, a autora considera que, no português arcaico, em muitos casos o uso dos demonstrativos torna-se redundante.

A esse respeito, Marine (2009: 58) acredita que, possivelmente, o emprego dos demonstrativos ao lado de um nome próprio não constituía, necessariamente, um caso de redundância na língua, mas sim de ênfase, tais como os utilizamos atualmente. Vale lembrar que, no latim clássico, o pronome *ipse* (esse) era considerado enfático por excelência. Vejamos os exemplos apresentados por Marine⁴:

(03) **Esse Pedro** vale ouro! (ênfase para demonstrar admiração)

(04) **Essa Maria** não vale nada! (ênfase para demonstrar desprezo)

Cumprе acrescentar, para finalizar essa seção, que Matos e Silva, ao analisar o *corpus* de sua pesquisa, observa que não havia uma nítida oposição na seleção das formas *este*, *esse* e *aquela*, tanto em função dêitica quanto anafórica. A autora nota que a verdadeira oposição existente, no uso, era entre os pronomes *este* e *aquela*.

2.3 Português Clássico

Teoricamente, no português clássico, o sistema pronominal dos demonstrativos persistiu em sua forma ternária. Brandão (1963), no entanto, afirma que, assim como ocorria no latim clássico, no vulgar e no português arcaico, o emprego dos demonstrativos seguiu apresentando dissociação entre norma e uso. O autor acrescenta que o povo, até mesmo os "bons escritores", nem sempre eram exatos no uso dos demonstrativos. A esse respeito, o estudioso (1963: 121) ressalta: "notam-se às vezes vacilações que conviria evitar, fixando sobre este ponto normas lógicas e certas, fundada na autoridade dos clássicos e aceitas pelas pessoas cultas".

⁴ Todos os exemplos utilizados, neste capítulo, são de autoria dos pesquisadores consultados e seguem a ordem numérica iniciada na Introdução deste trabalho.

Marine (2009: 60) acredita que essas "vacilações" no uso dos demonstrativos estivessem ligadas ao fato de que, no português clássico, a principal função desempenhada pelos demonstrativos era a de "determinar ou representar um nome, mostrando a sua posição no espaço, no tempo e na ordem relativamente às pessoas gramaticais" (Brandão: 1963: 220). Em outras palavras, a principal função dos pronomes demonstrativos no português clássico era a dêitica, tal como podemos observar nos exemplos retirados de Brandão:

(05) “**Esta** ilha pequena que habitamos/ é em tôda **esta** terra certa escala...” (Lus., I, 54).

(06) “Minha mãe é **esta**” (Camilo, A enjeitada, 46).

(07) “... a inteligência do poeta precisa de viver num mundo mais amplo do que **esse** a que a sociedade traçou limites tão mesquinhos” (Herc., Eur., 14).

(08) “Assim o fez **nesta** manhã o Divino Amante Cristo” (Vieira, Sem., 5º, 125).

O autor divide o uso dêitico espacial por meio das pessoas gramaticais a partir de três situações (Brandão, 1963: 221-223):

1ª) A forma **este** é usada para indicar o que está junto de nós ou em nós (em nosso corpo ou alma), **esse** refere-se à 2ª pessoa, mostrando o que está próximo dela ou o que existe nela e **aquele** exprime o que está distante das duas primeiras pessoas e diz respeito a 3ª;

2ª) Usa-se **este** quando se fala daquilo que se acha perto de nós e da pessoa a quem nos dirigimos e **esse**, pode designar coisas um tanto distante de nós, sem se referir, entretanto, ao nosso interlocutor ou leitor;

3ª) Deve-se usar **este** para exprimir o que fazemos, pensamos ou dizemos e **esse** para fazer referência ao que nosso interlocutor faz, diz ou pensa.

Ainda que Brandão faça distinções de uso das formas **este** e **esse** nas referências espaciais, baseadas nas pessoas gramaticais, o autor afirma haver, para o uso dêitico temporal, um sistema binário marcado pelas formas **este** e **aquele**, em que “**êste** exprime uma fração do tempo que inclui o momento em que se fala

e **aquele** indica tempo já transcorrido, mais ou menos remoto" (Brandão, 1963: 223, grifo do autor).

Além da função dêitica, o autor observa também a função anafórica desempenhada pelos demonstrativos. Quando estes "servem de indicar o que estamos dizendo, quando lembram ao nosso ouvinte ou leitor o que acabamos de enunciar e chamam-lhe a atenção para o que vamos dizer, têm o nome de anafóricos" (*Idem*: 227).

Assim, segundo Brandão, na função anafórica, **este**, **esta** e **isto** exprimem aquilo de que se está tratando, o que já foi referido ou algo de que se continue a falar. A seguir, alguns exemplos de Brandão.

(09) “Por fora **desta** grande cêrca... estão vinte e quatro mil jazigos de mandarins” (Fernão Mendes Pinto, *Peregr.*, c, 105).

(10) “**Estas** palavras tais chorando espalha: 'Quantos povos a terra produziu...'” (Camões, *Lus.*, III, 102-103).

Já as formas **esse**, **essa** e **isso** devem ser empregadas com referência ao que foi dito por nosso interlocutor:

(11) “**Nesse** caso que dizes, o que jaz doente, jaz fraco” (Sá de Miranda, *Obras*, II, 169-170).

(12) “Deixai-o ir que **essas** são as maravilhas da minha Providência” (Vieira, *Serm.*, 5º, 182-183).

Brandão acrescenta ainda que **esse**, **essa** e **isso** podem ser usados também para referir-se ao que ficou atrás mencionado, apresentando assim, um sentido bastante semelhante ao de **este**, porém mais fraco:

(13) “... qual foi aqui o milagre? ... O apartar-se de Cristo de nós, **esse** foi o milagre” (Vieira, *Serm.*, 5º, 17).

Assim como o autor ressaltou o uso binário na referenciação por dêixis temporal (marcado pela oposição de **este** vs **aquele**), o mesmo ocorre no emprego anafórico "quando se faz referência a duas pessoas ou coisas já mencionadas, [em

que] **êste** indica a última [e] **aquêle** representa a primeira" (Brandão, 1963: 229, grifo do autor).

(14) “**Aquêles** vícios (referido em primeiro lugar) procedem da corruptela e fragilidade da natureza humana, e **êste** (o último referido)... tem grande deformidade contra a mesma natureza” (Bren., N., Fl., 2º, 183).

Em relação ao uso dêitico e anafórico, Marine (2009: 63) nota que, na "Gramática da Língua Portuguesa", de João de Barros (1971), editada pela primeira vez em 1540, o filólogo apresenta uma oposição de usos das formas **este** e **esse**, em que **este** devia ser entendido como dêitico e **esse** como anafórico.

Para Marine, as afirmações de Barros (1971) demonstram que os três pronomes demonstrativos (este/isto, esse/isso, aquele/aquilo), baseados nas três pessoas do discurso (eu/tu/ele), foram mantidos no português clássico, porém em um sistema binário especializado, em que teríamos a oposição **este/isto** vs **aquêle/aquilo** marcando o uso dêitico e **esse/isso** vs **aquêle/aquilo** marcando o uso anafórico.

Brandão (*Idem*: 224) destaca ainda que, quando os demonstrativos estão unidos a um nome, são adjetivos, quando aparecem sozinhos, são pronomes:

(15) “**Nêste** momento aquelas vozes harmoniosas cessaram” (Herc., Eur., 132).

(16) “Por **êstes** vos darei um Nuno fero” (Camões, Lus., I, 12).

O estudioso (*Idem*: 225) elenca também os demonstrativos compostos que existiam no português clássico. "Quando se quer distinguir dois ou mais seres que se acham na mesma situação espacial ou temporal em relação com as pessoas gramaticais, recorre-se aos demonstrativos compostos ou discriminativos (**êste outro** ou **estoutro**, **êsse outro** ou **essoutro**, etc.)". Essas formas caíram em desuso.

(17) “Quem será **estoutro** cá...?” (Lus., VIII, 5).

(18) “... matem-me **nessoutros** vales” (Sá de Miranda, 1º, 15).

Por fim, outra propriedade interessante no uso anafórico dos demonstrativos do português clássico apontado por Brandão (*Idem*: 229) é a de que "parece de rigor empregar-se **êsse**, quando representa pleonástica ou enfaticamente um termo da frase (sujeito, objeto, etc.)":

(19) "... o fogo das mesmas línguas, **êsse** não passou, mas permaneceu" (Vieira, Serm., 5º, 346).

(20) "... a (cegueira) que cega deixando os olhos abertos; **essa** é a mais cega de todas" (Vieira, Serm., 4º, 86).

Dias (1970: 77) também comenta essa função enfática conferida pela forma **esse** em determinadas situações. "O pronome *esse* emprega-se também emphaticamente representando uma pess. ou cousa como devendo, pela sua celebridade, etc., estar na mente das pessoas a quem fallamos ou a quem se supõe que fallamos". A seguir, o exemplo que Dias (*Idem*) nos oferece:

(21) "Que é, pois, a caixa econômica, *essa* arvore que produz taes fructos de benção?" (Herc., Op. I, 161).

Mediante o que foi exposto até aqui, podemos observar que os pronomes demonstrativos constituem um sistema complexo, sujeito a múltiplas variações. Notamos que os demonstrativos traçaram uma trajetória que foram do alargamento para a restrição, havia as formas simples e reforçadas. Com o tempo, o sistema foi apurado, restringindo-se a divisão tripartida (este / isto, esse / isso, aquele / aquilo) mantida no português moderno. Além disso, observamos também uma busca para se compreender as diferentes propriedades funcionais dos pronomes: a dêitica, a anafórica e a enfática, representada, principalmente, pelo pronome *esse*.

Em relação à redução do inventário dos demonstrativos ao longo dos tempos, é interessante notar que, nas gramáticas tradicionais de língua portuguesa mais recentes, tende a existir uma ampliação do quadro dos demonstrativos, com a inclusão de formas como *tal*, *mesmo*, *próprio* e *semelhante*, dentre outras.

Nas seções seguintes, veremos como são tratados os demonstrativos no português contemporâneo.

2. 4

O que dizem as gramáticas normativas

Segundo descrições de cunho normativo, o sistema dos pronomes demonstrativos da língua portuguesa é distribuído da seguinte maneira:

Quadro 2. O sistema dos pronomes demonstrativos nas gramáticas normativas

	Variáveis				Invariáveis
	Masculino (Singular/Plural)		Feminino (Singular/Plural)		
Formas de 1ª p.	este	estes	esta	estas	isto
Formas de 2ª p.	esse	esses	essa	essas	isso
Formas de 3ª p.	aquele	aqueles	aquela	aquelas	aquilo

Fonte: Cunha e Cintra (2007).

Pesquisando as definições dadas aos pronomes demonstrativos em algumas gramáticas da língua portuguesa, observamos que Bechara (2009), Cunha e Cintra (2007), Macedo (1991), Ribeiro (2010) e Rocha Lima (2011) definem os demonstrativos, de modo geral, como aqueles que indicam a posição dos seres em relação às três pessoas do discurso (1ª pessoa: este, esta, isso; 2ª pessoa: esse, essa, isso; 3ª pessoa: aquele, aquela, aquilo) e acrescentam que esta localização pode se dar no tempo, no espaço ou no discurso. Assim, temos as formas de 1ª pessoa marcando referência ao campo do falante; as de 2ª, marcando referências ao campo do ouvinte, e as de 3ª fazendo referência ao que tiver fora do campo do falante/ouvinte.

Portanto, a capacidade de mostrar um objeto sem nomeá-lo, a chamada função dêitica (do grego *deiktikós* = próprio para demonstrar, demonstrativo), é a que caracteriza fundamentalmente esta classe de pronomes (Cunha e Cintra, 2007: 342).

As gramáticas citadas classificam as formas variáveis, de acordo com a função, em pronomes adjetivos ou substantivos:

(22) **Aquele** carro é meu.

(23) Meu carro é **aquele**.

Já as formas invariáveis são sempre pronomes substantivos:

(24) **Isto** é meu.

(25) **Aquilo** foi divertido.

A exceção de Macedo (1991), os outros autores citados consideram também como pronomes demonstrativos as formas *o, a, os, as* quando equivalem a *este, esse, aquele, isto, isso, aquilo*. Como por exemplo:

(26) Não compreendo o (= isso) que disseste.

(27) Os (= aqueles) que mais protestaram, são os (= aqueles) que menos razão têm.

Além disso, os pesquisadores observam que, em algumas situações, a fim de conferir maior clareza ou ênfase às pessoas ou coisas a que nos referimos, “reforçamos” os demonstrativos com advérbios de lugar (aí, aqui, lá, etc.) ou com as palavras *mesmo* e *próprio*, quando têm o sentido de *exato, idêntico* ou *em pessoa*. Convém lembrar que *mesmo* e *próprio* já eram empregados, no latim clássico como pronomes de reforço.

(28) **Este aqui / esse aí / aquele ali / lá** é o seu filho?

(29) **Esse mesmo / próprio** homem esteve aqui.

(30) **Isso mesmo**.

(31) Foi a **própria** Carla quem fez o convite.

Para Rocha Lima (2011: 160), *aqui, aí, lá e ali* ou *acolá* se classificam como pronomes adverbiais demonstrativos. O autor apresenta o sistema pronominal organizado da seguinte forma:

1ª pessoa: este, isto - aqui;

2ª pessoa: esse, isso - aí;

3ª pessoa: aquele, aquilo - ali, lá.

Em relação ao uso dos demonstrativos combinados com os advérbios de lugar (aqui, ali, lá), temos observado o amplo emprego de **esse aqui / aí e aquele**

alí / lá principalmente na fala. Ou seja, na oralidade, ocorre, com frequência, um sistema binário demonstrativo formado por **esse** e **aquele** que, para marcar a distância em relação à pessoa do discurso, são utilizados os advérbios de lugar.

Levando em consideração todas as mudanças pelas quais passou o sistema pronominal demonstrativo, percebemos que a língua brasileira evidencia estar a caminho de uma forma composta "demonstrativo-advérbio", semelhante ao processo pelo qual passou a língua francesa.

Outras palavras que também podem funcionar como demonstrativos são *tal* (quando sinônimo de este, esse, aquele e variações) e *semelhante*, que, segundo Cunha e Cintra (2007: 356), serve de demonstrativo de identidade. Bechara (2009: 168) acrescenta que *mesmo*, *próprio*, *semelhante* e *tal* têm valor demonstrativo quando denotam identidade ou se referem a seres e ideias já expressas anteriormente e, valem por *esse*, *essa*, *aquele*, *isso*, *aquilo*:

(32) **Tal** gesto não me agradou.

(33) Não se esperava **semelhante** coisa.

Os demonstrativos empregam-se também para lembrar ao ouvinte ou ao leitor o que já foi mencionado ou o que se vai mencionar:

(34) O menino deixou a mãe nervosa. **Esta** o repreendeu.

(35) Mário e Cláudio são excelentes profissionais. **Aquele** é mecânico; **este** é marceneiro.

(36) – Só quero **isto**: que estudem.

Em (34) e (35), os pronomes **esta**, **aquele** e **este** fazem referência a termos já constantes no contexto: é a função anafórica. Em (36), o demonstrativo **isto** faz referência ao que se vai narrar: é a função catafórica.

Esta especificação, ou seja, a designação *anáfora* e *catáfora* só foi encontrada em Ribeiro (2010: 208). Macedo (199: 143), Cunha e Cintra (2007: 342), Rocha Lima (2011: 401) e Bechara (2009: 167) não fazem essa distinção. Para esses autores, o termo *anáfora* compreende tanto o que ainda será dito, bem como o que já foi mencionado no texto. Dessa forma, os demonstrativos têm um

papel dêitico ou anafórico (do grego *anaphorikós* = que faz lembrar, que traz à memória).

Cumprе acrescentar que, dentre os gramáticos considerados, os autores Bechara, Rocha Lima, Cunha e Cintra, embora apresentem uma distribuição ternária do sistema pronominal dos demonstrativos, assim como os demais gramáticos, reconhecem que nem sempre os demonstrativos são usados com rigor gramatical. Bechara (2009: 167) afirma que isso acontece porque há situações especiais que escapam à disciplina da gramática, mas não explana com exemplos que situações especiais são essas.

A esse respeito, Rocha Lima (2011: 400) destaca que não há rigor na distinção entre “este” e “esse” em virtude da predominância dos seus valores estilísticos sobre seus valores gramaticais. Assim como Bechara, Rocha Lima também não oferece exemplos.

Diferentemente desses autores, Cunha e Cintra (2007: 345) ressaltam que o sistema ternário dos demonstrativos não é rigorosamente obedecido na prática e explicam que, com frequência, na linguagem animada, nos transportamos pelo pensamento a regiões ou a épocas distantes, a fim de nos referirmos a pessoas ou a objetos que nos interessam particularmente como se estivéssemos em sua presença. Linguisticamente, esta aproximação mental traduz-se pelo emprego do pronome “este” (esta, isto) onde seria de esperar “esse” ou “aquele”. Para exemplificar, usam uma frase de um personagem do romance *Fogo morto*, de José Lins do Rego, em que o advérbio “lá” se aplica a sua casa, da qual no momento estava ausente:

(37) – Eu só queria estar lá para receber **estes cachorros** a chicote.

Em oposição ao uso mostrado acima, outra situação apontada pelos autores é que uma atitude de desinteresse ou de desagrado para com algo que esteja perto de nós pode levar-nos a expressar tal sentimento pelo uso do demonstrativo “esse” em lugar de “este”. Como mostra o fragmento, de Ferreira de Castro, selecionado pelos autores para exemplo:

(38) O guarda-livros, num repelão, ordenou:

– Tira **esse** bandido da minha frente, João! Tome conta dele!

Além desses usos, Cunha e Cintra (2007: 350-354) apontam outros empregos particulares dos demonstrativos, como os variados matizes afetivos. Segundo os autores, os demonstrativos reúnem o sentido de atualização ao de determinação. São verdadeiros “gestos verbais”, acompanhados em geral de entonação particular e gestos físicos.

É o que acontece com os neutros “isto”, “isso” e “aquilo” que podem apresentar contrastes de valores ao serem aplicados a pessoas. Ora terão emprego depreciativo, ora expressarão apreço por determinada pessoa. Assim, de acordo com a entonação e o contexto, os demonstrativos servem para intensificar os diversos sentimentos expressos em frases, tais como:

- a) Surpresa, espanto: – **Essa** agora!
- b) Admiração, apreço: – **Aquilo** é que são homens fortes.
- c) Indignação: – É tudo claro como a água: **este** cão roubou-me. Acabo ainda hoje com **este** malandro! **Isto** não fica assim.
- d) Desprezo: – **Isso** é uma vergonha!
- e) Depreciação: – **Aquilo** é um desgraçado.
- f) Apreciação: – Bonita mulher. Como **aquilo** vê-se pouco.

Entre os valores afetivos apresentados por Cunha e Cintra (*Idem*), cabe ressaltar o sentido intensivo, superlativizante, que o demonstrativo adquire em certas construções oracionais. A seguir, os exemplos apresentados pelos autores:

- (39) Qual o quê! Queriam monte. Monte num dia **daqueles**! (M. Torga, CM, 72)
- (40) Ninguém é operado assim com **essa** pressa. (J. Paço d'Arcos, CVL, 365.)
- (41) Outro homem não podia existir com **aquela** força nos braços, **aquele** riso na boca e **aquele** calor no peito. (Adonias Filho, LBB, 86)

Digno de nota também é o uso de “nisso”⁵ com o sentido de “então” ou “nesse momento” e o emprego da locução “isto / isso de” equivalendo a “com referência a”, “no tocante a” ou “a respeito de” aludidos pelos autores:

- (42) **Nisso** bateram à porta.
- (43) **Isto** de filhos é um aborrecimento!

⁵ Moura Neves (2011: 496) também apresenta esse emprego do demonstrativo.

Como observado, não há um consenso nas regras relativas ao sistema dos pronomes demonstrativo. Dos gramáticos normativos pesquisados, Cunha e Cintra são os únicos que apresentam características mais detalhadas do emprego dos demonstrativos que vão além da função dêitica e anafórica.

2. 5

O que dizem as gramáticas descritivas

Neves (2011: 491), ao discutir a “natureza dos pronomes demonstrativos” em sua “Gramática de Usos do Português”, classifica os demonstrativos como palavras fóricas (lat. *fero*, gr. *phéro*: levar, trazer), que sempre fazem referência, seja ao contexto, como em:

(44) Quando me davam um **texto**, eu já sabia como ia fazê-lo. Aí, **aquele** texto não me interessava.

Seja à situação do discurso, como em:

(45) Eu lhe agradeço a presença **nesta** mesa, **nesta** ceia.

Para a pesquisadora (2011: 495), os demonstrativos podem ser empregados como referenciador textual (uso endofórico) e como referenciador situacional (uso exofórico). A classificação “referenciador textual” nada mais é do que em outras gramáticas conhecemos pelo nome de anáfora. E o “referenciador situacional” é o que mais comumente as gramáticas denominam como referência espaço-temporal ou simplesmente o uso dêitico do pronome.

Em relação às formas, Neves apresenta o tradicional quadro ternário dos demonstrativos, em que são marcados os que são variáveis em gênero e número, para concordar com o substantivo, e os que são invariáveis.

Quadro 3. Quadro tradicional dos demonstrativos

	Variáveis				Invariáveis
	Masculino (Singular/Plural)		Feminino (Singular/Plural)		
Formas de 1ª p.	este	estes	esta	estas	isto
Formas de 2ª p.	esse	esses	essa	essas	isso
Formas de 3ª p.	aquele	aqueles	aquela	aquelas	aquilo

Fonte: Neves (2011: 492).

Quanto as posições sintáticas dos demonstrativos, “este”, “esse” e “aquele” (e suas flexões) ocorrem como pronomes adjetivos ou substantivos, e na posição de predicativo. Os pronomes invariáveis ocorrem sempre como pronome substantivo:

(46) **Aquele** cachorro, só porque é amigo de Antônio Moraes, pensa que é alguma coisa.

(47) **Esse** não vive de reza não.

(48) O resultado era **aquele**.

(49) **Aquilo**, se é o que eu penso, tem nomes esquisitos, Rinaldo.

Além desses pronomes, a autora elenca as formas *o*, *a*, *os*, *as*, *tal*, *tais* como pronomes que não fazem seleção de pessoa:

(50) Eu também possuía meus troféus, menos **os** de Isabella, mas seguramente menos sem graça que **os** de Abelardo.

(51) É claro que nem Aristófanes nem seus protetores acreditariam em **tal** fábula.

Em relação a *mesmo* e *próprio*, Neves (2011: 492) classifica essas palavras como reforçadores de identidades com valor demonstrativo:

(52) Ela **mesma** não sabia de si, o que faria logo, onde estaria amanhã.

(53) Depois, eu **próprio** reconheço, a traseira é parte escondida, ninguém nota.

Ao abordar as particularidades do emprego dos demonstrativos, Neves (2011: 505) aponta que eles podem ser usados para:

a) dar a ideia de exatidão, com a entoação acentuada:

(54) Porque sorria, era algo que eu precisava esclarecer, mas não **naquele** momento. (= não naquele exato momento)

b) fazer referência irônica a pessoas, quando usados junto a substantivos abstratos de qualidade:

(55) E é ela... é ela, **essa belezura** toda, que vai entregá o prêmio pro grande vencedor desse grande rodeio de Treze Tílias.

c) fazer referência desairosa a uma pessoa, quando usados junto de adjetivos qualificadores disfóricos:

(56) Deus um dia há de castigar seu Nonato e eu vou lhe dizer: mande sua filha parar de procurar meu filho, **aquela sem-vergonha**.

d) fazer uma definição irônica e geralmente depreciativa de algo (o demonstrativo “aquilo” é usado como sujeito do verbo “ser”). Especialmente se aplicado a pessoas, é evidente a ironia, uma vez que se está empregando um demonstrativo que se refere normalmente a coisas:

(57) Que atelier que nada: **aquilo** é casa de mulher à toa! / **Aquilo** é um boboca.

e) indicar tipificação (geralmente, com valor negativo), “deste”, “desse” ou “daquele” vem pospostos a um substantivo:

(58) Ciúmes de Bebel, pode uma coisa **dessas**? (= desse tipo)

f) indicar que a referência se faz a algo muito especial, “aquele” vem seguido por substantivo qualificado:

(59) O terno de linho bege, que dá **aquele** charme amassado, com uma gravata cor de vinho.

g) se referir à anedota, piada, o demonstrativo “aquela” é usado seguido de “de + nome humano”:

(60) Você conhece **aquela do nordestino** que ia passando na frente do restaurante? “Ah, quem me dera um pouquinho de farinha pra comer com esse cheirinho...”

Neves (2011: 507-508) acrescenta que o demonstrativo feminino “essa” aparece em contextos em que poderia ser usado “isso” (= essa situação, esse fato, esse dito):

(61) Não entendi. **Essa** eu não entendi.

Outro uso que chama a atenção de Neves e também de Cunha e Cintra (2007: 354) são as formas femininas “esta” e “essa” que compõem expressões fixas. Mas só a pesquisadora atribui sentidos a essas expressões.

(62) Entrar **nessa** = Deixar-se envolver.

(63) **Essa** não! = Não aceito isso! (marca discordância veemente)

(64) Ora **essa**! = Onde já se viu isso? (marca rejeição com espanto)

(65) Mais **esta / essa**! = Só faltava acontecer mais isto / isso! (marca crítica com espanto)

(66) **Esta / essa** é boa! = O que está em questão / o que foi feito ou dito é espantoso! (marca crítica com espanto)

Para encerrar, Moura Neves apresenta mais um emprego especial do demonstrativo – o pronome “este” ou “aquele” com sentido de “qualquer”. Como mostra o exemplo dado pela autora:

(67) Sei bem que sou ilógico; a consequência tornou-se causa, leva-me a proceder **desta** ou **daquela** maneira, desejar mortandades.

(68) A formação de um consenso, sem dúvida, teria as vantagens de facilitar a votação do texto e de evitar que **esta** ou **aquela corrente** se sinta prejudicada em seus direitos.

Castilho (2012: 497), em sua gramática intitulada “Nova Gramática do Português Brasileiro”, aborda os demonstrativos em suas diferentes propriedades: gramaticais, semânticas e discursivas. Assim como a obra de Moura Neves (2011), essa também é uma gramática inovadora, que tem como objetivo a descrição da língua portuguesa como é utilizada no português brasileiro. Nessa gramática, em vez do autor tomar como referência os textos literários, como fazem os gramáticos tradicionalistas, elege a fala, a conversação para descrever o funcionamento da língua portuguesa.

Ao comentar as propriedades gramaticais dos demonstrativos, Castilho os compara com os artigos e os pronomes pessoais e afirma que os demonstrativos apresentam um interessante problema na identificação da classe. Para entender o que o autor está defendendo, vejamos o exemplo que o autor oferece:

(69) Quanto à aréola, apenas eu digo a vocês o seguinte: (...) **esta** aréola possui uma série de tubérculos, são tubérculos denominados de Morgagni. Tubérculos **esses** de Morgagni que, durante a gestação (...) **esses** tubérculos de Morgagni **eles** se hipertrofiaram de uma maneira considerável (...). Então **os** tubérculos de Morgagni são **os mesmos** tubérculos de Montgomery (...). **Estes** tubérculos, (...) chegou-se à conclusão (...) que **estes** tubérculos nada mais são que glândulas mamárias pequenas.

Segundo o pesquisador, observando-se o lugar sintático ocupado pelas expressões grifadas e sua comutabilidade, pode-se postular que o artigo, o demonstrativo e o pronome pessoal de terceira pessoa integram uma mesma classe, que poderia ser denominada **mostrativos**.

Castilho acrescenta que as classes mostrativas compartilham as propriedades semânticas de verificação de identidade, foricidade e dêixis, demonstrando, portanto, integração numa mesma classe gramatical. Já a possibilidade da coocorrência demonstrada em:

- *os mesmos, estes mesmos, aqueles mesmos,*

- *os tais, estes tais, esses tais, aqueles tais,*
- *o próprio, este próprio, esse próprio, aquele próprio,*
- *o outro, este outro, esse outro, aquele outro,*

mostra que *mesmo, tal, próprio* e *outro* integram uma subclasse dos mostrativos, pois exibem propriedades sintáticas não exatamente coincidentes com as dos demais itens. O autor, no entanto, nota que esses vocábulos desempenham o mesmo papel semântico, como operadores de identidade, o que aponta para a simetria entre o sistema gramatical e o sistema semântico.

Em relação ao artigo, apresentado separadamente dos demonstrativos em nossa tradição gramatical, o autor concorda com Mattoso Câmara, que afirma que "categoricamente continua a ser uma partícula pronominal demonstrativa". (Câmara Jr. 1971: 104, *apud* Castilho, 2012: 497).

Assim, para o autor, os demonstrativos funcionam como *especificadores* do sintagma nominal, ocupando o mesmo lugar sintagmático dos artigos, possessivos, quantificadores indefinidos, expressões qualitativas (como em “o estúpido do rapaz”) e delimitadores (como em “um tipo de / uma espécie de + N”). Isso não quer dizer que eles figurem categoricamente antes dos substantivos. Há casos em que o demonstrativo pode ser usado no final da sentença:

(70) Uma democracia danada **essa**.

Castilho considera como *especificadores demonstrativos* apenas as formas masculinas e femininas, pois as neutras (isto, isso, aquilo) são exclusivamente pronominais e, portanto, núcleo do sintagma nominal.

Quando Castilho (*Idem*: 498) trata das propriedades semânticas dos demonstrativos, destaca que, em relação ao esquema ternário, as gramáticas do português fixaram-se na função dêitica de “este”, “esse” e “aquele”, estabelecendo que esses vocábulos apontam para referentes localizados proximamente à primeira, à segunda e à terceira pessoa.

As pesquisas do autor, no entanto, mostram que o esquema ternário não corresponde ao uso contemporâneo do português brasileiro. Primeiro, porque esses vocábulos não são exclusivamente dêiticos, não remetem unicamente às pessoas do discurso. Segundo, porque mesmo em seus usos dêiticos eles não mostram uma estrita adesão às três pessoas do discurso. Os resultados indicam um

esquema binário generalizado, com uma disputa entre “este” / “esse” (usados como equivalentes), e uma estabilidade em “aquele”.

Para o autor, a adesão ao sistema binário se dá porque o português brasileiro (PB) atenuou fortemente a representação da categoria de /pessoa/ entre os demonstrativos, dadas as transformações dos pronomes pessoais, que se irradiaram para os outros pronomes que exibiam igualmente esse traço. O que vem ocorrendo é que o lugar proximal é expresso indiferentemente por “este” e “esse”, e o lugar distal, por “aquele”.

Embora haja uma disseminação do uso do esquema binário demonstrativo no PB, não se pode decretar que o sistema ternário dessa classe tenha desaparecido, pois na língua escrita, quando se configuram algumas necessidades dêiticas, esse sistema reaparece claramente.

Outra observação do pesquisador é o fato das gramáticas tradicionais focarem nas propriedades dêiticas dos pronomes e não valorizarem sua outra propriedade, a foricidade – denominação dada pelo autor para se referir à propriedade dos demonstrativos de retomar ou antecipar os elementos citados no texto.

Os resultados das pesquisas (Projeto Nurc/SP e RJ) do autor mostram que o uso fórico ultrapassa o uso dêitico numa proporção de 73% para 9%. Esses resultados indicam que, ao contrário do que pregam as gramáticas normativas, a propriedade fundamental dos demonstrativos é a retomada de ideias (anáforas e catáforas) e não a dêixis. Dessa forma, os demonstrativos assumem um papel que suplanta os limites da sentença, contribuindo poderosamente para a articulação do texto.

Cumprе acrescentar que, para Castilho (*Idem*: 499), os demonstrativos *mesmo*, *próprio*, *semelhante* e *tal* (e flexões) funcionam como operadores de verificação, indicando que o referente de seu escopo é de nosso conhecimento. O uso dessa classe indica que houve uma comparação não verbalizada do referente A com o referente B, tomados por escopo. Dessa comparação resultam três possibilidades:

a) Verificação de identidade (referentes A e B idênticos) - os especificadores masculinos e femininos *este*, *esse*, *aquele* (seguidos facultativamente de um

locativo), *mesmo* e *próprio* são usados para indicar que as entidades comparadas são idênticas, e com isso seu significado é apresentado de modo preciso:

(71) **Este / esse** livro aqui está muito caro. (em comparação com outros referentes possíveis de livro, escolheu-se o referente idêntico, preciso, determinado)

(72) **Aquele** livro lá é mais barato.

(73) Outro dia achei o **mesmo** livro por um valor mais baixo.

(74) Tu fez alguma pergunta, André? bem, por exemplo na translação, o **próprio** nome já diz, pode ser uma tradução.

b) Verificação de semelhança (referentes **A** e **B** são apenas parecidos) - o especificador *semelhante* marca com imprecisão a identidade de seu escopo:

(75) A jovem Aurora podia deixar de recorrer às fórmulas que se usam em **semelhanças** conjunturas. (= comparando as conjunturas possíveis, selecionou-se uma aproximada, e, portanto, imprecisa)

c) Verificação de alteridade (referentes **A** e **B** são diferentes) - os demonstrativos *outro* e *tal* identificam referentes por diferença, não por semelhança.

(76) **Outro** livro caro nesta livraria! (= selecionou-se um livro diferente dentre os demais livros possíveis)

(77) O pessoal que vai "ah::" diz que **tal** filme não é bom eu prefiro ficar em casa e não ir a cinema.

(78) É o **tal** negócio, assim meu dinheiro não vai dar para nada.

Assim, para o autor, *identidade*, *semelhança* e *alteridade* parecem ser os mecanismos semânticos que acionamos quando produzimos as expressões destacadas acima como demonstrativos.

Ao descrever as propriedades discursivas dos demonstrativos, Castilho (*Idem*) acrescenta que, em sua qualidade de **especificadores**, “demonstrativos + substantivos” atuam em conjunto, servindo ao desenvolvimento das seguintes estratégias discursivas:

a) Inserção do tópico discursivo:

(79) Quanto à aréola, apenas eu digo a vocês o seguinte: (...) **esta** aréola possui uma série de tubérculos (...).

b) Continuação do tópico discursivo:

(80) Tubérculos **esses** de Morgagni que, durante a gestação (...) **estes** tubérculos de Morgagni eles se hipertrofiam (...).

c) Encerramento do tópico discursivo:

(81) Espero que todos tenham entendido as estratégias de uso dos demonstrativos. É **isso** aí.

Para encerrar suas considerações, Castilho (*Idem*: 501) propõe um novo quadro dos demonstrativos no PB.

Quadro 4. Novo quadro dos demonstrativos no português brasileiro

IDENTIDADE		ALTERIDADE
Identidade precisa	Identidade vaga	<i>Outro</i>
<i>este, esta / esse, essa</i>	<i>isto ~ isso</i>	<i>Tal</i>
<i>aquele, aquela</i>	<i>Aquilo</i>	
<i>mesmo, mesma</i>	<i>o (neutro)</i>	
<i>próprio, própria</i>	<i>Semelhante</i>	
<i>o, a</i>		

Fonte: Castilho (2012: 501).

Por fim, Bagno (2011: 462) salienta que pronomes não são uma classe de palavras, mas uma função que palavras de diversas classes podem exercer a função da retomada anafórica. Segundo o autor, outra razão para tratar os pronomes como uma função é o fato de muitas palavras tradicionalmente chamadas de "pronomes" não só empreenderem a retomada anafórica, mas funcionarem também como determinantes. Como por exemplo, os demonstrativos

que podem ser dêiticos, casos em que funcionam como determinantes, ou anafóricos, quando funcionam como pronomes. O mesmo se dá com os pronomes possessivos, indefinidos, relativos, etc.

O pesquisador levanta a seguinte questão:

(i) ou criávamos uma classe ampla de pronomes e outra de determinantes, incluindo em cada uma todos os itens que merecem essas distintas designações, que são de fundo semântico-pragmático por se vincularem à dêixis (e ao discurso) e/ou à anáfora (dentro do texto), o que implicaria em classificação duplas para as mesmas palavras e obrigaria também, por coerência, a criar classes específicas para cada tipo de substantivo, por exemplo, uma vez que as designações de *abstrato*, *concreto*, *contável*, *não contável* etc. são de natureza semântica; ou então (ii) distribuíamos as palavras segundo outro critério, o lexicogramatical, subclassificando os membros de cada classe em determinantes / dêiticos e pronomes / anafóricos, quando for o caso.

O autor prefere optar pela segunda alternativa e salienta que essa opção representa uma ruptura com uma tradição de pelo menos dos mil anos. Não podemos, no entanto, considerar essa sugestão uma ruptura, uma vez que encontramos em Andrade (2001: 165) uma classificação semelhante dos pronomes em latim: uma série fundamentalmente dêitica (*hic*, *iste*, *ille*) e uma série exclusivamente fórica (*is*, *ed*, *id*). Galembeck (2012: 156) corrobora a esse respeito, lembrando que, "em latim, os pronomes demonstrativos eram essencialmente dêiticos, e havia mesmo um programa especializado na referência textual (*is*, *ed*, *id*)". De qualquer forma, essa classificação foi abandonada na modernidade. A proposta de Bagno seria, então, uma recuperação do que já existiu no passado.

Em linhas gerais, podemos observar que as correntes gramaticais estudadas até aqui, normativas e descritivas, concordam que não há uma proposta unitária no tratamento dado aos pronomes demonstrativos. Além disso, concordam também que, na prática, não há rigor na distinção entre *este* e *esse*.

Embora não seja o objetivo dessa pesquisa investigar a distinção no emprego de *este/esse*, não podemos deixar de opinar sobre a seguinte questão: se os gramáticos são unânimes no entendimento de que a distinção *este* / *esse* é mais teórica do que real, parece sem cabimento o procedimento dos livros didáticos disponíveis no mercado ao propor exercícios que cobram o uso "adequado" dos demonstrativos e desconsideram o que é praticado de fato. Esse processo, torna-

se, no mínimo, o ensino de uma fictícia "variedade padrão" que se torna cada vez mais rara no uso.

Talvez, o mais apropriado fosse apresentar a clássica repartição ternária e suas aplicações de acordo com as pessoas do discurso, mas, salientar que, como já aconteceu na maioria das línguas, as três séries de demonstrativos (este, esse, aquele e variações) na língua portuguesa, praticamente, se reduziu, pelo menos na fala, a duas séries: esse/isso e aquele/aquilo. Para realçar o que está mais próximo da 1ª ou da 2ª pessoa, são usados os advérbios de lugar *aqui* e *aí / ali*.

Na prática, a língua culta contemporânea mostra que os demonstrativos vêm sofrendo reestruturações sucessivas, marcadas pelo abandono de certas formas e o acréscimo de novos usos. O emprego de *esssazinha* e *issozinho*, no entanto, muito utilizado popularmente, não é comentado por nenhum dos gramáticos pesquisados.

2.6

O que dizem algumas pesquisas linguísticas

Fazendo um levantamento em busca de literaturas publicadas sobre os demonstrativos, foram encontrados vários trabalhos, mas a maioria é voltada ou para a investigação da transição do sistema pronominal demonstrativo ternário para o binário, tanto na fala como na escrita, ou tratam de averiguar qual é a função maior dos demonstrativos: a dêitica ou a anafórica. As pesquisas que se concentram em discutir os variados valores semântico-pragmáticos dos demonstrativos são escassas.

Para não ficar repetitivo, apresento apenas um resumo de propostas e de resultados das pesquisas que podem contribuir para o propósito desta dissertação.

Em sua tese de doutorado, Marine (2009) apresenta uma análise descritivo-comparativo do sistema dos pronomes do Português do Brasil (PB) e do Português de Portugal (PP), a fim de caracterizar a configuração em que se encontram tais pronomes no uso contemporâneo da língua. Para isso, considera as formas demonstrativas variáveis e invariáveis (este/isto, esse/isso, aquele/aquilo), analisadas a partir da observação dos seguintes fatos linguísticos: funções adjetivas e substantivas dos pronomes, referências, usos exofóricos e endofóricos.

A autora utilizou um *corpus* constituído por cartas de leitoras da revista brasileira *Capricho* e da portuguesa *Ragazza*. Foram analisadas 1449 ocorrências de pronomes demonstrativos, dos quais 667 compuseram a amostra de dados do PB e 782, do PP.

Marine verificou uma ocorrência expressiva do uso endofórico – a exceção das catáforas – e não exofórico. Uma análise mais geral dos dados demonstrou que o uso anafórico foi predominante em relação ao uso dêitico. Assim, a autora confirmou sua tese de que o sistema pronominal dos demonstrativos no PB é, de fato, binário, visto que a predominância de “esse/isso” foi presente nos usos anafóricos. Para o PP, a pesquisadora observou que o sistema pronominal nesta variedade do português se encontra em processo de transição, tendendo ao binarismo.

Ao distribuir os pronomes demonstrativos de acordo com a função adjetiva e substantiva, nas duas variedades do português, prevaleceu de maneira expressiva o uso das formas “esse/isso”, tanto no PB como no PP.

Outra questão que Marine ressalta é a grande quantidade de utilização das formas fixas “por isso”, “além disso” e “isto é” encontradas nos dados. A autora constatou que a ocorrência de “por isso” é a mais expressiva, tanto em PB como em PP. E acrescenta que “por isso” estabelece uma conexão textual por inferência, o que lhe confere uma carga referencial anafórica muito intensa. Diante desses dados, a autora acredita na hipótese de que as formas demonstrativas invariáveis de 1ª e 2ª pessoas tendem a ser mais utilizadas em expressões fixas que se gramaticalizaram na função de conectivos com alta carga de informação anafórica.

Marine chama a atenção para as situações dêiticas em que os pronomes foram empregados. Além da dêixis de pessoa, a autora encontrou quatro tipos de dêixis: a temporal, a textual, a espacial e a de memória.

A **dêixis de pessoa** diz respeito à codificação do papel dos participantes no acontecimento discursivo em que a enunciação em questão é proferida. A categoria “primeira pessoa” é a gramaticalização da referência do falante a si mesmo, a “segunda pessoa”, a codificação da referência do falante a um ou mais destinatários e, a “terceira pessoa”, a codificação da referência a pessoas e entidades que não são falantes nem destinatários da enunciação em questão.

Já a **dêixis de lugar** está ligada à codificação das localizações espaciais relativas aos participantes do discurso. Provavelmente a maioria das línguas naturais gramaticaliza pelo menos uma distinção entre proximal (perto do falante) e distal (perto do destinatário) e, essas distinções são codificadas nos demonstrativos, como **este** vs **aquele**, e nos advérbios de lugar, como **aqui** vs **lá**.

Por **dêixis de tempo** entende-se a codificação de pontos e extensões temporais relativamente ao tempo em que uma enunciação foi pronunciada ou uma mensagem foi escrita. A este tempo denomina-se “tempo de codificação ou TC”, que pode ser diferente do tempo de recepção. Por exemplo, se chegamos em casa e encontramos um bilhete de um familiar escrito simplesmente “Estarei de volta em uma hora”, como não sabemos quando o bilhete foi escrito, não temos como saber quando a pessoa que o escreveu, retornará. Este tipo de dêixis é comumente gramaticalizada nos advérbios dêiticos de tempo, como “agora”, “então”, “ontem”, “este ano” e, acima de tudo, no tempo verbal.

A **dêixis de discurso** (ou dêixis textual) diz respeito à codificação da referência feita a porções do discurso em andamento, no qual se localiza a enunciação (que inclui a expressão que faz referência ao texto). A dêixis textual tem uma função metatextual que permite organizar o espaço do texto e facilita, assim, a orientação do leitor ou do ouvinte neste espaço, tal como podemos observar no exemplo que se segue:

(82) “**Neste** parágrafo, abordaremos questões essenciais ao estudo do genoma.”

Já a **dêixis de memória** ocorre quando um sintagma nominal pode remeter-se *in absentia*, ou seja, na ausência de qualquer designação antecedente de seu referente e sem que este esteja presente na situação enunciativa. Abaixo, um exemplo que a autora julga como representantes da dêixis de memória:

(83) “[...]. Olha só os dilemas que a esperam no futuro. Morar um ano na Inglaterra vai valer a pena? Saio da casa dos meus pais e vou morar sozinha? Vou morar com o meu namorado? Esse emprego vai ser bom para mim? Caso ou compro um guarda-chuva? Perder a virgindade é um belo passaporte para **esse mundo** adulto. [...]”.

Segundo a autora, “esse mundo” evoca um referente espaço-temporal, discursivamente construído, a fim de aproximá-lo do momento da situação enunciativa.

Pavani (1987), em sua dissertação de mestrado, levanta uma questão semelhante a essa. A autora propõe um emprego pressuposicional dos demonstrativos em alguns contextos. Em sua opinião, a pressuposição é uma atitude proposicional e não uma relação semântica, de forma que pessoas (e não proposições, conforme o conceito semântico) têm ou fazem pressuposições. As pressuposições, neste sentido, seriam as proposições implicitamente supostas antes que o empreendimento linguístico se efetue. Tal conceito seria útil para o tratamento de certos usos de demonstrativos em que estas formas ocorrem em relação de referência a algo que não se encontra nem na situação pragmática de enunciação (exofórica) nem no discurso (endofórico), estando apenas pressuposto. Segue o exemplo da autora (*Idem*: 74) para esse emprego pressuposicional dos demonstrativos.

(84) “Você para num farol, aí vem: apartamento não sei de onde. **Aquelas moças** no domingo então... todo domingo tem.”

Essa mesma proposta de organização dos dêiticos demonstrativos, de acordo com o campo mostrativo em que se verifica a indicação, pode ser vista em Cavalcante (2000) em sua tese de doutorado.

Outro trabalho que contribui para a nossa pesquisa é o artigo de Cambraia (2010: 17), “Demonstrativos: história de uma categoria na tradição gramatical de língua portuguesa”, que faz uma análise do tratamento dispensado à categoria dos pronomes em gramáticas de diferentes épocas (sécs. XVI a XIX).

De forma geral, o autor verificou as seguintes tendências: (a) hierarquização cada vez maior da categoria dos demonstrativos (sendo colocada como subclasse subordinada a um número cada vez maior de classes superiores); (b) transferência dessa categoria da classe dos pronomes para a dos adjetivos; (c) conceituação dessa categoria de forma cada vez mais detalhada, passando de definições baseadas na paráfrase do termo técnico da categoria para definições que contemplam a diversidade funcional dos pronomes; e (d) restrições do inventário de formas pertencentes a essa categoria.

Segundo Cambraia (2010: 36), essas tendências sugerem que: (i) houve um grande progresso na atividade metalinguística, uma vez que a percepção dos diversos aspectos do comportamento linguístico dos demonstrativos se tornou cada vez mais aguda e ampla; (ii) a prática quase secular de trabalhar categorias discretas (com limites bem definidos) dificulta sensivelmente a descrição da categoria dos demonstrativos, já que ela apresenta afinidades formais e funcionais com diferentes classes (os demonstrativos podem acompanhar núcleo de sintagmas nominais, como adjetivos; podem ocupar o núcleo de sintagmas nominais, como os substantivos; podem fazer referência a pessoas do discurso, como os pronomes pessoais; podem fazer remissão a antecedentes, tal como os pronomes relativos; etc.); (iii) a sistemática definição da classe com base na função exofórica (o mostrar) parece corroborar a ideia de que essa seja sua função mais primitiva e básica; e (iv) a ausência de indicação nítida de uma relação sistemática entre as formas dos demonstrativos e as pessoas do discurso ao longo da tradição gramatical do séc. XVI ao XIX sugere fortemente que o paradigma frequentemente apresentado em gramáticas modernas (este, esse, aquele) não seja propriamente uma descrição dos seus usos reais na língua vernacular, mas sim o fruto de uma tentativa metalinguística de normatizar o uso dessas formas, normatização esta, salienta o autor, que nunca atingiu um grau aceitável de consenso e de coerência nas gramáticas normativas.

O artigo “A subjetividade do demonstrativo na mídia jornalística”, de Cláudia Roncarati (2008), é outro trabalho que também favorece nossa pesquisa. Esse artigo e o de Bechara (2010), “Sobre a sintaxe dos demonstrativos”, foram as únicas literaturas encontradas, além das abordagens de Neves (2011), de Castilho (2012) e de Cunha e Cintra (2007), que tratam do emprego dos demonstrativos considerando outros valores além da sua função dêitica e anafórica.

Roncarati (2008) aponta que, embora estudos anteriores sobre a variação do demonstrativo no português brasileiro atestem que a oposição entre os valores proximais da 1ª pessoa (*este*) e os valores distais da 2ª pessoa (*esse*) está praticamente neutralizada na fala, a escrita, sujeita a pressões normativas, contudo, ainda tende a preservar tal distinção.

Os resultados de sua pesquisa, extraídos de dados da mídia jornalística escrita, sugerem que pressões do sistema escrito e os de ordem comunicativa, em contínua competição, estão atuando sobre um processo de subjetividade. Esse

processo vem influenciando o enunciador na instância da enunciação. Assim, os valores distal e proximal dos demonstrativos vêm sendo alterados com o propósito de persuadir o leitor a aceitar a orientação argumentativa inscrita nos gêneros opinativos (editorial e colunas políticas). Na hipótese da autora, o emprego de *este* ao invés de *esse* é regulado por fatores outros, de ordem comunicativo-pragmática, indiciando um processo de subjetividade.

Os exemplos mostrados por Roncarati (2008: 232) nos dão uma ideia dos efeitos de sentido suscitados pelo emprego de “este” em um editorial do Jornal do Brasil:

(85) “O problema são os custos dramáticos da dieta de emagrecimento imposta pelo Copom. A economia brasileira está parada. Todos os indicadores de produção industrial apontam para baixo e a taxa de desemprego não pára de subir. *Este não é o ambiente ideal para um país que precisa absorver cerca de 1,5 milhão de jovens que batem às portas do mercado de trabalho todo ano.* O Brasil real vai mal. E o número de vítimas cresce a cada dia. (JB, O cavalo inglês, 22/05/03)

Na análise da autora, o emprego de *este* anafórico em desacordo com os cânones normativos intensifica o custo dramático, imposto pelo Comitê de Política Monetária do Banco Central, da manutenção da taxa de juros básica de 25,5% ao mês. O uso de *este*, em função resumitivo-avaliativa (nomenclatura utilizada por Roncarati), singulariza a angulação adotada pelo editorial: trata-se de uma estratégia de aproximação e de intensificação e não de distanciamento do problema, que cria o efeito de tornar o problema mais presente na cena enunciativa e mais perto do leitor. O tom enfático, focal, é discursivamente coerente com a força ilocucionária pretendida pelo editorial: fornecer argumentos a favor da tese de que “existem obstáculos que só serão eliminados com a aprovação das reformas estruturais” e de que “a única saída para o Brasil é aprovar as reformas estruturais”.

Outra observação destacada, nos editoriais, é o uso de *este* em função de demonstrativo predicativo ou identificador em que a oração adjetiva contribui para melhor precisar o escopo do referente (Roncarati, 2008: 233):

(86) “Surgiram conflitos institucionais e pessoais, e não era possível esticar a corda por muito mais tempo. *Esta é a origem do projeto de lei que mexe na essência das agências.* Sem segredo para ninguém, o objetivo é limitar seus poderes e sua autonomia”.

(87) “Os bandidos, que usavam armamento pesado, renderam os dois vigilantes e ainda fugiram com as chaves de um carro da Guarda Municipal, impedindo, assim, que fossem perseguidos. *Este é um tipo de crime que ocorre com alguma frequência* e deveria merecer mais atenção do Detran e das autoridades da área de Segurança.”

Roncarati (*Idem*) observa ainda que a posposição enfática do demonstrativo contribui para intensificar a força ilocucionária e o efeito expressivo da declaração de posição da linha editorialista assumida diante da premência do estado de coisas em tela, acrescido ainda pelo sugestivo contraste implícito:

(88) “O país está maduro para retomar questões essenciais como a reforma política, a reforma tributária, a revisão da legislação trabalhista e a complementação das mudanças na Previdência. A hora é *esta*. Será um erro esperar a posse do novo presidente.”

A autora encerra seu trabalho, considerando que, no universo examinado (os editoriais de jornais), o emprego de *este* em lugar de *esse* sugere a atuação, ainda bastante incipiente, de um processo de subjetividade de ordem semântico-pragmática, com tendência a intensificar a influência do enunciador na instância da enunciação, para fins de necessidades retóricas de persuadir o leitor a aceitar a orientação argumentativa inscrita nos gênero opinativo (editorial).

Bechara (2010: 209), ao iniciar seu artigo intitulado "Sobre a sintaxe dos demonstrativos", afirma que, dentre os fatos da sintaxe da língua portuguesa contemporânea, o comportamento dos demonstrativos é dos que mais excitam a argúcia do pesquisador, graças à multiplicidade de emprego que oferecem, quer no aspecto puramente acadêmico da gramática, quer nos sutis empregos estilísticos que deles fazem os escritores brasileiros.

A respeito da distribuição ternária *este, esse, aquele* em oposição à binária *esse / aquele*, Bechara salienta que já se tornou lugar-comum, em muitos estudos que se ocuparam do assunto, a declaração de que a nossa língua tenderá a simplificação *esse / aquele*.

Para depreender outros empregos dos demonstrativos, o autor analisa 70 crônicas de Fernando Sabino, compiladas no livro *A Mulher do Vizinho*.

Segundo análise de Bechara (*Idem*: 214), uma circunstância que pode determinar o emprego de *este* por *esse*, em alusão a pessoas a que nos referimos, é quando elas nos estão intimamente ligadas por laços afetivos, a ponto de o que lhes ocorrer, refletir de modo tão direto em nós, como se fôssemos também sujeitos à ação expressa pelo verbo.

Na crônica *O melhor amigo*, uma criança que recolhe na rua um cachorrinho e o leva para casa, defronta-se com a opinião contrária da mãe, que o obriga a se desfazer do animal. Contrariado, reclama o menino:

(89) "Um dia ainda faço um estrago louco. Meu único amigo enxotado **desta** maneira!".

Para Bechara (*Idem*), situações desse tipo devem ter favorecido o emprego de *este* por *esse* nas referências às pessoas ou coisas que interessam mais de perto ou que nos impressionam mais vivamente. O autor dá outros exemplos desse mesmo caso:

(90) "**Este** menino, meu Deus".

(91) "Se ainda fosse **destes** carrinhos brasileiros - você sabe o apelido deles".

Nas referências a objetos distantes de nós, mas cujo tamanho indicamos por gestos com auxílio de nossas mãos, Bechara (*Idem*: 215) seleciona trechos em que Fernando Sabino emprega sempre **este**:

(92) "No Serviço de Seleções perguntaram a Oscar quantos quilos de esterco de vaca ele transportava. Oscar não soube dizer: um punhado, um saquinho **deste** tamanho, mostrou, erguendo as mãos".

Sem indicação expressa do gesto:

(93) "E os cravos na sola, **deste** tamanho! De meter medo nas bolas altas...".

Onde de maneira nenhuma se poderia ter a expressão indicada por gesto, o escritor emprega **esse**:

(94) "Um menino **desse** tamanho, que é que outros hão de dizer?".

Ainda na referência distinta da 1ª pessoa, está o emprego de **este** para indicar que a declaração feita por uma pessoa é tão do nosso agrado, que passamos a adotá-la como própria:

(95) "Já imaginou quanto sangue desperdiçado por aí nos que morrem?

– Isso mesmo. E nos que não morrem! **Esta** eu gostei. Está se vendo que o senhor é moço distinto".

O cronista também emprega **este** para exprimir que o enunciado pelo interlocutor é também do nosso conhecimento:

(96) "– Como não? Minha memória ainda funciona, para nomes então, principalmente.

Ora, pois. É Levindo não sei o quê...

– Não será Benvindo?

– Isso! Benvindo... Benvindo Lopes, se não me engano.

– **Este** nome não me é estranho - limitei-me a murmurar".

Conforme considerações de Bechara (*Idem*: 219), o emprego de **este** por **esse** (ou **isto** por **isso**) aproxima, aviva e enfatiza os seres que se acham mais distantes. Já o uso de **esse** no lugar de **este**, serve para envolver objetos e pessoas próximas (uso dêitico) ou referidas (uso anafórico) numa esfera de incerteza, dúvida, desprezo, ironia, ou então para introduzir certo desejo de não enfatizar a ideia:

(97) "O homem respirou fundo e acrescentou, irritado:

– Como é que o senhor quer que eu ainda tenha fé **nessa** espécie de gente?".

(98) "Agora estou aqui pensando no que diabo **esse** Camilo queria comigo. Eu devia ter perguntado".

Seguindo essa mesma observação do emprego do pronome **esse**, Bechara (*Idem*: 220) acrescenta que a referência com **esse**, quando usado para alusões pelo falante ou narrador, empresta um valor diminuto ou certa dose de depreciação, conforme nos atestam os seguintes trechos:

(99) "Antes que seja tarde: acabo desperdiçando **esse** sangue meu por aí, em algum desastre".

Note-se o esforço do demonstrativo esmaecido (**esse** por **este**) com o possessivo **meu**, realçando, agora, pela posposição ao substantivo que modifica.

É dada a preferência ao emprego de **esse** quando, embora tenha havido uma alusão anterior por parte da pessoa que fala, a referência é feita a ideias no âmbito daquele com quem ou de quem se fala (*Idem*: 221):

(100) "A mãe chegou a se preocupar: meninos **nessa** idade, uma injustiça praticada e eles perdem a cabeça, um recalque, complexos, **essa** coisa toda..."

Em relação ao uso de **isso**, segundo o material selecionado no livro de Sabino, serve para aludir tom de desprezo, de pouco caso e até de repugnância quando do emprego de **isso** no lugar de **esse + substantivo**, além do recurso da entonação afetiva. Bechara (2010: 223) enfatiza que este sentimento de linguagem é corrente no idioma:

(101) "– Olha aí, mamãe: é um filhote...

Seus olhos súplicos aguardavam a decisão.

– Um filhote? Onde é que você arranjou **isso**?

– Achei na rua. Tão bonitinho, não é, mamãe?

Sabia que não adiantava: ela já chamara o filhote de **isso**".

De um modo geral, a tônica do uso de **isso** é envolver a alusão demonstrativa numa esfera de pouca vivacidade, de pouca ênfase, de ironia e depreciação, acrescenta Bechara(*Idem*):

(102) "No meu tempo de menino eu ia à missa. Mas deixei de ir por causa de um episódio no colégio interno, há mais de trinta anos. Colégio de padre - **isso** explica tudo, o senhor não acha? Ele achou que não explicava nada e pediu ao homem que contasse.

- O senhor se machucou?
- Não foi nada.
- **Isso** acontece..."

Bechara (*Idem*: 224) opina que intimamente ligado a este esvaziamento do sentido da dêixis está o caso em que se emprega **esse** para aludir ao que o falante se referiu mas que concebe, por modéstia ou não, o fato como também do conhecimento do ouvinte:

(103) "Sardinha é a do Báltico. É a melhor do mundo, você sabe **disso**".

Note-se que a interrogação, tida talvez por indelicadeza, transforma-se aqui numa declaração positiva.

Em relação às expressões fixas com demonstrativos, Bechara constata que é avassaladora a presença de **isso** sobre **isto** nessas construções (*isso mesmo, é isso mesmo, não é isso?, por isso, nem por isso, ficar tudo por isso mesmo, isso (concordadito), pois foi isso, ora essa, ora essa é boa*). Só uma ostenta **isto**: a expressão **isto é**.

O pesquisador sinaliza que essas numerosas construções têm se mostrado estáveis diante das múltiplas perspectivas gramaticais, semânticas e estilísticas dos demonstrativos.

Bechara (2010: 225) encerra seu artigo enfatizando que uma visão geral histórica e sincrônica da sintaxe dos demonstrativos, na língua coloquial escrita do Brasil, assim como os diversos matizes semânticos e estilísticos de que se podem

revestir tais pronomes, estão a exigir exames mais acurados, baseados numa documentação mais extensa e variada.

As considerações feitas pelos autores aludidos, nessa seção, confirmam o fato de que não podemos limitar os pronomes demonstrativos a uma análise puramente microlinguística. A abordagem deve voltar-se também para os diversos empregos dessa categoria. De uma forma geral, pudemos observar a expansão da funcionalidade dos demonstrativos.

A seguir, um quadro que resume as diferentes visões, sobre os pronomes demonstrativos, apresentadas nesse capítulo.

Quadro 5.

Pronomes demonstrativos: No latim clássico (<i>hic, iste, ille</i>) e vulgar (<i>iste, ipse, ille</i>);	Embora existisse um sistema pronominal ternário, havia confusão no uso dos demonstrativos. Era frequente o emprego de um no lugar do outro, persistindo a utilização de um sistema binário. No latim vulgar, havia amplo emprego de formas reforçadas dos pronomes demonstrativos por razões expressivas (<i>eccu'iste, eccu'ipse, eccu'ille</i>).
No português arcaico e clássico;	Segue a configuração de um sistema ternário. Dado o amplo emprego das formas reforçadas no latim vulgar, o português clássico conservou as duas séries de demonstrativos, as simples e as reforçadas, assim como a dissociação entre norma e uso, tal qual acontecia no latim clássico e vulgar.
Segundo as gramáticas normativas (Bechara, 2009; Cunha e Cintra, 2008; Macedo, 1991; Ribeiro, 2010; Rocha Lima, 2011)	A função dêitica é a que caracteriza fundamentalmente a classe dos pronomes. A função anafórica seria secundária. Reconhecimento de que nem sempre os demonstrativos são usados com rigor gramatical. Os gramáticos Cunha e Cintra (2008) apontam usos especiais dos pronomes demonstrativos.
Segundo as gramáticas descritivas (Neves, 2011; Castilho, 2012; Bagno, 2011)	O tradicional quadro ternário é considerado por Neves, mas os demonstrativos são classificados como palavras fóricas. A autora aborda diversos usos particulares dos demonstrativos. Castilho defende uma única classe, denominada <i>mostrativos</i>, para abarcar o artigo, o pronome pessoal e o demonstrativo. Segundo suas pesquisas, seria a função fórica (anáfora e catáfora) a principal propriedade dos demonstrativos e não a função dêitica. Para Bagno, os pronomes não são uma classe

	de palavras, mas uma função que palavras de diversas classes podem exercer a função de retomada anafórica.
Segundo algumas pesquisas linguísticas	Marine (2009) constatou em sua pesquisa: o uso anafórico predominante em relação ao uso dêitico, o sistema pronominal dos demonstrativos no PB é de fato binário, as formas invariáveis de 1ª e 2ª pessoas tendem a ser mais utilizadas em expressões fixas que se gramaticalizaram na função de conectivos com alta carga de informação anafórica. Cambraia (2010) verificou a tendência de conceituação dessa categoria de forma cada vez mais detalhada, contemplando a diversidade funcional dos pronomes. Roncarati (2008) aponta que pressões do sistema escrito e os de ordem comunicativa, em contínua competição, estão atuando sobre um processo de subjetividade. O enunciador, ao empregar <i>este</i> ao invés de <i>esse</i>, não estaria enfatizando valores distal e proximal dos demonstrativos, mas persuadindo o leitor a aceitar a orientação argumentativa de sua comunicação, pelo fato de <i>este</i> ter mais carga enfática que <i>esse</i>. Bechara (2010) afirma que o comportamento dos pronomes demonstrativos oferece uma multiplicidade de usos, logo, uma visão geral histórica e sincrônica do emprego dessa classe se faz necessária.

Fonte própria.